



Boletim de Legislação



EJEF - escola que forma e informa

Nº 666 – 15 de dezembro de 2021

Abrangência: 27/11/2021 a 10/12/2021

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.880	DOU; 03/12/2021	Regulamenta o Programa Alimenta Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9.8.2021.	Dec. 10.880 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.881	DOU; 03/12/2021	Regulamenta o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19.11.2021, que institui o auxílio Gás dos Brasileiros.	Dec. 10.881 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.882	DOU; 06/12/2021	Regulamenta o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.	Dec. 10.882 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.886	DOU; 08/12/2021	Institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual.	Dec. 10.886 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.887	DOU; 08/12/2021	Altera o Decreto nº 2.181, de 20.3.1997, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.	Dec. 10.887 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.890	DOU; 10/12/2021	Altera o Decreto nº 9.492, de 5.9.2018, e o Decreto nº 10.153, de 3.12.2019, para dispor sobre a proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta.	Dec. 10.890 (Site da Presidência da República)

<p>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 113</p>	<p>DOU; 09/12/2021</p>	<p>Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.</p>	<p>Em. Const. 113 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.254</p>	<p>DOU; 01/12/2021</p>	<p>Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.</p>	<p>Lei 14.254 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.257</p>	<p>DOU; 02/12/2021</p>	<p>Institui o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC); dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias; e altera as Leis nºs 13.999, de 18.5.2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; 14.161, de 2.6.2021, que altera a Lei nº 13.999, de 18.5.2020, para permitir o uso do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), de forma permanente, como política oficial de crédito, de modo a conferir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às pequenas empresas, com vistas a consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional; e 10.150, de 21.12.2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5.1.1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14.3.1990, 5.12.1990, e 28.7.1993, respectivamente; e dá outras providências.</p>	<p>Lei 14.257 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.259</p>	<p>DOU; 08/12/2021</p>	<p>Altera a Lei nº 14.124, de 10.3.2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.</p>	<p>Lei 14.259 (Site da Presidência da República)</p>
<p>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.075</p>	<p>DOU; 07/12/2021</p>	<p>Altera a Lei nº 11.096, de 13.1.2005, que "Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9.7.2004, e dá outras providências" e a Lei nº 11.128, de 28.6.2005, que "Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos - PROUNI e altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005", para dispor sobre o Programa Universidade para Todos.</p>	<p>Med. Prov. 1.075 (Site da Presidência da República)</p>

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.077	DOU; 08/12/2021	Institui o Programa Internet Brasil.	Med. Prov. 1.077 (Site da Presidência da República)
----------------------------	--------------------	--------------------------------------	--

ATOS NORMATIVOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 660	DOU; 27/11/2021	Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.	Port. 660 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 661	DOU; 09/12/2021	Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.	Port. Intermin. 661 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 3	DOU; 06/12/2021	Aprova o Plano Nacional de combate à pirataria, ao contrabando, à sonegação fiscal delas decorrentes e aos delitos contra a propriedade intelectual (PNCP 2022-2025).	Res. 3 (Site do STF)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18	DJE/STJ; 10/12/2021	Regulamenta o retorno ao trabalho presencial no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.	Inst. Normativa 18 (Site do STJ)
RESOLUÇÃO Nº 33	DJE/STJ; 29/11/2021	Estabelece o retorno ao trabalho presencial no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.	Res. 33 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 652	DJE/STJ; 06/12/2021	A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.	Súmula 652 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 653	DJE/STJ; 06/12/2021	O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito.	Súmula 653 (Site do STJ)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 319	DJE/CNJ; 24/11/2021	Dispõe sobre o recesso forense e prazos processuais, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, no período de 20 de dezembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.	Port. 319 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PROVIMENTO Nº 124	DJE/CNJ; 09/12/2021	Estabelece prazo para a universalização do acesso por todas as unidades do serviço de registro de imóveis do Brasil, ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), operado pelo Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis – ONR, sob regulação da Corregedoria Nacional de Justiça.	Prov. 124 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 48.312	Minas Gerais; 02/12/2021	Regulamenta o inciso VII do art. 4º da Lei nº 22.256, de 26 de julho de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado.	Dec. 48.312 (Site da ALMG)
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO Nº COVID-19 193	Minas Gerais; 03/12/2021	Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de funcionamento das atividades socioeconômicas nas macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente e adota a Onda Roxa nas macrorregiões de saúde que especifica.	Delib. 193 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA DA PRIMEIRA-SECRETARIA E DA DIRETORIA-GERAL Nº 50	Diário Administrativo (ALMG) 07/12/2021	Aprova o calendário de funcionamento da Assembleia Legislativa para o exercício de 2022.	Port. 50 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 81	D.O.C. 06/12/2021	Dispõe sobre a suspensão do expediente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nos dias que menciona.	Port. 81 (Site do TCEMG)
PORTARIA Nº 82	D.O.C. 09/12/2021	Dispõe sobre a alteração da Portaria 77/PRES/2021, de 5 de novembro de 2021, que disciplina o funcionamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais durante o período de 20/12/2021 a 6/1/2022.	Port. 82 (Site do TCEMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 5.389	DJE; 03/12/2021	Designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 5.389 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.431	DJE; 30/11/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São João da Ponte.	Port. 5.431 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.432	DJE; 29/11/2021	Revoga o inciso CCLXXVIII do art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016"	Port. 5.432 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.433	DJE; 29/11/2021	Designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais	Port. 5.433 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.434	DJE; 01/12/2021	Revoga o inciso CCCXI do art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho".	Port. 5.434 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.435	DJE; 03/12/2021	Dispensa juíza leiga de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 5.435 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.436	DJE; 06/12/2021	Revoga o inciso CCCVII do art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho".	Port. 5.436 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.437	DJE; 06/12/2021	Designa Juiz Coordenador e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Diamantina.	Port. 5.437 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.439	DJE; 06/12/2021	Transfere, em caráter simbólico, a sede do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para a Comarca de Pedra Azul.	Port. 5.439 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.440	DJE; 09/12/2021	Designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 5.440 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.441	DJE; 09/12/2021	Designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 5.441 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.442	DJE; 09/12/2021	Designa juízas leigas para atuarem em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 5.442 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.443	DJE; 09/12/2021	Revoga o inciso CX do art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho".	Port. 5.443 (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.310	DJE; 30/11/2021	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São João da Ponte.	Port. Conj. 1.310 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.311	DJE; 03/12/2021	Estabelece o funcionamento do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, de acordo com a classificação da situação epidemiológica das macro e microrregiões de saúde estabelecidas pelo Plano "Minas Consciente - Retomando a economia do jeito certo" do Governo do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 1.311 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.312	DJE; 10/12/2021	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.070, de 15 de outubro de 2020, que "institui projeto-piloto do Sistema de Plantão Judicial nas unidades judiciárias que especifica e dá outras providências".	Port. Conj. 1.312 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.313	DJE; 10/12/2021	Dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e da Justiça de primeiro grau do Estado de Minas Gerais no período de 20 de dezembro de 2021 a 20 de janeiro de 2022.	Port. Conj. 1.313 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 980	DJE; 06/12/2021	Altera a Resolução do Órgão Especial nº 957, de 10 de março de 2021, que "constitui Comissão de Concurso incumbida das providências necessárias à organização e realização do concurso público para provimento do cargo de juiz de direito substituto da carreira da magistratura do Estado de Minas Gerais."	Res. 980 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 71	DJE; 10/12/2021	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de dezembro de 2020 a novembro de 2021.	Aviso 71 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.988	DJE; 29/11/2021	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Itajubá para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 6.988 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.994	DJE; 29/11/2021	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Alfenas para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 6.994 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.998	DJE; 01/12/2021	Determina a realização de Inspeção Técnica Remota no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Nanuque para fiscalização dos serviços atinentes à serventia.	Port. 6.998 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.005 (EXTRATO)	DJE; 01/12/2021	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	Port. 7.005 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.997	DJE; 24/11/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 2ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.997 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.006	DJE; 01/12/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 2ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.006 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.007	DJE; 01/12/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial no 4ª Juizado de Violência Doméstica da Comarca de Belo Horizonte, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.007 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.008	DJE; 03/12/2021	Reconduz Juíza de Direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Araguari.	Port. 7.008 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.010	DJE; 07/12/2021	Determina a realização de Inspeção Técnica na Vara Única da Comarca de São João do Paraíso, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.010 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.011 (EXTRATO)	DJE; 06/12/2021	Prorroga por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante designada pela Portaria nº 6.899/2021.	Port. 7.011 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.014	DJE; 09/12/2021	Reconduz Juíza de Direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Santos Dumont.	Port. 7.014 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.015	DJE; 07/12/2021	Institui o Manual de Exercício da Interinidade e Intervenção da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ.	Port. 7.015 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.016	DJE; 09/12/2021	Altera o art. 2º da Portaria da Corregedoria Geral de Justiça nº 6.758, de 5 de maio de 2021, que “disciplina o procedimento de cobrança das custas judiciais, da taxa judiciária, das despesas processuais e da pena de multa nas unidades judiciárias da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais com competência criminal e de execução penal”.	Port. 7.016 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.